

MARCOS TEÓRICOS NA INVESTIGAÇÃO DO RACISMO ENTRE CRIANÇAS

A manifestação de atitudes preconceituosas é um fenômeno que persiste mesmo em sociedades democráticas em que a igualdade de direitos é valorizada, ao passo que comportamentos discriminatórios são moralmente condenados. Por definição, pode-se entender o preconceito racial como uma atitude formada num contexto intergrupar que comporta uma intenção derogatória de um grupo racial (BROWN, 2010). Conforme abordamos no capítulo anterior, há um longo percurso de investigação empírica que evidencia expressões do racismo em crianças desde as etapas iniciais do processo de socialização (e.g., ABOUD, 1988; FRANÇA, 2013). As pesquisas convergem quanto às consequências negativas da expressão do preconceito e de discriminação raciais, tanto nas populações adultas como nas populações jovens. Entre esses efeitos é possível mencionar a depressão, o insucesso escolar, comportamentos de risco, entre outros (HARRIS-BRITT; VALRIE; KURTZ-CORTES; ROWLEY, 2007).

De que maneira a Psicologia Social tem contribuído para a compreensão do racismo entre crianças? Em linhas gerais, as teorias acerca da expressão de atitudes raciais na infância foram desenvolvidas a partir da articulação entre o processo de desenvolvimento sociocognitivo das crianças e a estrutura social mais ampla, nelas incluídas as dinâmicas intergrupais e os processos normativos

que regulam as relações sociais. No presente capítulo, serão destacados três grandes referenciais teóricos que têm norteado as investigações sobre racismo em crianças, a saber: a) o modelo do desenvolvimento sociocognitivo; b) o modelo do desenvolvimento da identidade social; e c) o modelo do desenvolvimento sacionormativo.

MODELO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOCOGNITIVO

O modelo do desenvolvimento sociocognitivo tem como referência os trabalhos realizados por Aboud (1988), os quais revisaram estudos realizados com crianças anglo-saxônicas entre as décadas de 1960 e 1980. Um dos elementos centrais na proposta de Aboud consiste na crítica às abordagens até então predominantes no estudo das atitudes raciais em crianças, a exemplo da abordagem do reflexo social de Allport (1954/1979) e a teoria da personalidade autoritária (ADORNO; FRENKEL-BRUNSWICK; LEVINSON; SANDFORD, 1950). Embora distintas, ambas compreendem que as atitudes raciais das crianças decorrem do estilo parental e das atitudes predominantes entre os adultos, havendo pouca ênfase sobre o papel que a criança desempenha sobre o desenvolvimento das atitudes intergrupais.

Compreendendo que a criança possui estruturas cognitivas qualitativamente distintas dos adultos, a autora recorre aos estudos de Piaget (1964/2011) com a finalidade de identificar como a expressão das atitudes raciais em crianças são influenciadas pelos diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo. De tal maneira, a teoria de Aboud identificou o período entre os 5-7 anos de idade, correspondente no modelo piagetiano, a transição entre o estágio pré-operacional para o operacional concreto, como uma fase crítica na expressão de atitudes raciais. Antes dos 7 anos de idade, a criança carece da capacidade de reconhecer que um mesmo indivíduo pode pertencer, simultaneamente a múltiplas categorias sociais e, por conseguinte elaboram padrões de julgamento a partir de categorias perceptualmente mais salientes, a exemplo da raça. Dada essa característica cognitiva, Aboud ressalta que nessa fase da infância as crianças pertencentes ao grupo dominante tendem a expressar níveis mais elevados de favoritismo endogrupal, acompanhados por níveis mais elevados de hostilidade contra membros do exogrupo¹ (DOYLE e ABOUD, 1995).

A aquisição de habilidades características do período operacional concreto (7-10 anos), a exemplo da flexibilidade e da tomada de perspectiva, permitem

¹ Grupo das outras pessoas, p.e. para pessoas brancas, o grupo de pessoas negras é o exogrupo.

que a criança elabore julgamentos que priorizam a informação individual (não baseada em categorias sociais). Ao mesmo tempo, permitem que sejam capazes de reconciliar perspectivas raciais divergentes, isto é, compreender que tanto qualidades positivas como as negativas podem ser identificadas em diferentes grupos raciais (ABOUD, 1988; DOYLE e ABOUD, 1995). Por conseguinte, após a idade dos 7 anos seria verificado um declínio na manifestação de atitudes preconceituosas por parte das crianças pertencentes aos grupos dominantes, dado que elas adotariam uma percepção menos polarizada.

O modelo do desenvolvimento sociocognitivo, ao considerar o papel que as habilidades cognitivas desempenham sobre a manifestação das atitudes intergrupais, contribuiu para a compreensão do racismo entre crianças a partir de fatores presentes em seu curso de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que favoreceu à elaboração de instrumentos de investigação compatíveis com diferentes estágios do desenvolvimento infantil, a exemplo da *Multiresponse Racial Attitude Measure-MRA* (DOYLE e ABOUD, 1995). Esse modelo, entretanto, é insuficiente para explicar como crianças com mais de 7 anos de idade e adultos manifestam níveis elevados de preconceito racial. Dada essa limitação, o modelo do desenvolvimento da identidade social (NESDALE, 2004), foi desenvolvido com a finalidade de compreender como aspectos da dinâmica intergrupar presentes no contexto social das crianças exercem influência sobre suas atitudes raciais.

MODELO DO DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE SOCIAL

O modelo do desenvolvimento da identidade social (NESDALE, 2004) foi desenvolvido a partir da crítica à ênfase dada por Aboud aos estágios de desenvolvimento cognitivo sobre as expressões de atitudes raciais. Não desconsiderando a importância das habilidades cognitivas para o julgamento e a manifestação de atitudes frente aos diferentes grupos sociais, a teoria ressalta como atuam fatores de ordem sociomotivacional (e.g., identidade) e a estrutura social mais ampla sobre a manifestação da conduta intergrupar. Para tanto, baseou-se nas considerações da Teoria da Identidade Social (TAJFEL e TURNER, 1979).

Para a Teoria da Identidade Social, fenômenos como o preconceito e a discriminação frente a grupos minoritários podem ser compreendidos a partir da articulação entre a categorização social, a comparação social e o favoritismo endogrupal. Em linhas gerais, a teoria sustenta que os indivíduos são motivados a estabelecer uma distintividade social positiva do grupo social a que pertencem os indivíduos. Para tanto, procuram identificar-se com grupos que são,

comparativamente, mais valorados que outros. As investigações derivadas da Teoria da Identidade Social são recorrentes em evidenciar que os membros de um endogrupo com status privilegiado são percebidos como similares entre si e como detentores de qualidades positivas, ao passo que os membros do exogrupo são percebidos como essencialmente distintos, sendo alvo de preconceito e de discriminação (BREWER, 2016; HOGG, 2004; TAJFEL e TURNER, 1979).

Nesdale, todavia, compreende que a Teoria da Identidade Social, por si só, não fornece todas as bases para a compreensão das particularidades da expressão de atitudes intergrupais em crianças. Para tanto, o modelo do desenvolvimento da identidade social procura articular o favoritismo endogrupal e a discriminação contra o exogrupo com as etapas do desenvolvimento infantil. Nesse sentido, Nesdale (2007, 2008) considera que a ocorrência desses fenômenos na infância depende da capacidade da criança em perceber que a sociedade é composta por grupos e, ao mesmo tempo, identificar as diferenças de status entre os grupos sociais.

O modelo do desenvolvimento da identidade social analisa, de tal maneira, a aquisição das capacidades de categorização social e de comparação social, classificados como elementos centrais nas relações entre os grupos sociais (TAJFEL, 1982). Esse modelo considera que, entre os 4-5 anos de idade, as crianças são capazes de categorizar diferentes estímulos de seu meio social (BIGLER e LIBEN, 1993; PIAGET, 1977), sendo também verificado nesse período que as crianças realizam comparações sociais, percebendo as diferenças de status entre os grupos (NESDALE e FLESSER, 2001).

Ao contrário do modelo de desenvolvimento sociocognitivo, o modelo do desenvolvimento da identidade social compreende que os processos de favoritismo endogrupal e hostilidade contra o exogrupo tronam-se mais expressivos após os sete anos de idade. Nesse estágio, a criança encontra-se num nível mais avançado de internalização das atitudes difundidas pela sociedade mais ampla, em comparação às crianças mais novas, apresentando maior conhecimento sobre os estereótipos associados a cada um dos grupos sociais e sobre as diferenças de status existentes entre os mesmos. Essa premissa teórica tem recebido suporte empírico em uma série de investigações norteadas por essa teoria (NESDALE, 2011; OJALA e NESDALE, 2004; NESDALE; MASS; KIESNER; DURKIN; GRIFFITHS, 2003, 2007).

Em síntese, o modelo do desenvolvimento da identidade social concebe que o preconceito não resulta apenas das estruturas cognitivas presentes no desenvolvimento infantil, mas do gradativo processo de inserção da criança na

sociedade mais ampla, na qual os estereótipos e as diferenças de status entre os grupos encontram-se largamente difundidos (NESDALE, 2007; NESDALE e FLESSER, 2011). Pode-se considerar que uma das principais contribuições desse modelo para a investigação do racismo na infância reside, ao mesmo tempo, no reconhecimento de fatores sociais na formação de condutas discriminatórias e de atitudes preconceituosas e na ênfase sobre protagonismo exercido pela criança, dado que a mesma não é concebida como uma simples imitadora da realidade social, mas como um participante que, ativamente, percebe e avalia os diferentes grupos sociais.

O modelo do desenvolvimento da identidade social contribuiu ainda para o desdobramento de outra abordagem: o modelo do desenvolvimento sicionormativo. Investigações realizadas a partir do referencial teórico da Identidade Social (TAJFEL, 1982) verificaram que a hostilidade das crianças frente a determinados grupos étnico-raciais decorre não só do processo de identificação com o grupo dominante e da internalização de suas atitudes intergrupais, mas também da consciência acerca das normas sociais endossadas pelos membros de seu grupo (ABRAMS e RUTLAND, 2008; ABRAMS; RUTLAND; CAMERON; FERRELL, 2007). Passaremos agora, a discutir algumas contribuições realizadas a partir dessa perspectiva.

MODELO DO DESENVOLVIMENTO SICONORMATIVO

A ideia de que a expressão do racismo sofre a influência de normas sociais decorre das investigações realizadas com adultos. Esses estudos apontam que, desde a segunda metade do século XX, a expressão do preconceito e da discriminação racial tornou-se mais complexa e multifacetada, dado que os estereótipos e a hostilidade contra determinados grupos passaram a coexistir com normas de igualdade, as quais coíbem a expressão de hostilidade contra minorias. Por conseguinte, observou-se o desenvolvimento de diferentes formas de expressão de preconceito racial que, embora não violem a norma da igualdade, revelam-se danosas às minorias étnico-raciais (GAERTNER e DOVIDIO, 1986; MCCONAHAY e HOUGH, 1976; PETTIGREW e MEERTENS, 1995).

Os estudos sobre normas sociais em crianças mostram-se intimamente relacionados à investigação sobre desenvolvimento moral, remetendo aos trabalhos de Piaget (1932) e Kohlberg (1971). Em “O julgamento moral da criança”, Piaget apresenta investigações com crianças na faixa etária dos 3 aos 12 anos de idade, as quais eram questionadas acerca das regras do jogo de bola de gude e da importância que atribuíam a essas mesmas regras. A partir desses estudos,

o autor identificou três diferentes fases do desenvolvimento moral. A primeira fase corresponde ao período que vai dos 3 aos 6 anos de idade, denominada de *anomia* e caracterizada pela ausência de compreensão acerca da importância das normas para a regulação das relações sociais. A segunda fase, dos 7 aos 10 anos de idade, denominada de *heteronomia*, caracterizada pelo reconhecimento de que as normas possuem funcionalidade para as interações sociais e, por fim, após os 10 anos de idade, a fase de *autonomia*, caracterizada pela aquisição do conceito de justiça e pela capacidade de utilizá-lo como princípio norteador para a formulação de normas sociais.

Baseando-se na teoria de Piaget, Kohlberg (1971) apresentou um modelo de desenvolvimento do julgamento moral, também caracterizado pela presença de estágios de desenvolvimento. Nesse modelo, a moralidade não se resume à assimilação de regras e valores transmitidos pelos adultos, mas resulta de estruturas de raciocínio que seguem uma sequência de estágios que vão desde a infância até a fase adulta e permitem a utilização de formas de julgamento progressivamente mais complexas, as quais vão desde o simples reconhecimento de punições ou gratificações até noções mais complexas como justiça e igualdade.

Perspectivas mais recentes afirmam que a compreensão por parte da criança acerca das normas sociais não resulta apenas do desenvolvimento cognitivo, sendo observadas similares entre padrões de julgamento moral presentes entre adultos e crianças. Nesse âmbito, encontra-se o modelo do domínio social (TURIEL, 1998; SMETANA, 2006), o qual analisa como os padrões de julgamento da criança são influenciados pelos diferentes domínios ou contextos de interação social em que ela se encontra. Uma das principais contribuições dessa linha de investigação é o reconhecimento de que as crianças, tal como os adultos, compreendem que, em determinados contextos, faz-se necessário atuar a partir de noções de justiça e igualdade, ao passo que em outros, a exclusão é uma conduta necessária e legítima (KILLEN e RUTLAND, 2011).

As investigações sobre normas sociais na infância trouxeram novas e importantes contribuições para a compreensão do racismo na infância. Dado que as normas sociais são regras implícitas e explícitas que descrevem e prescrevem um padrão de comportamento desejável para um determinado grupo (SHERIF, 1966), infere-se que, ao manifestar atitudes frente aos diferentes grupos raciais, a criança precisa estar apta a reconhecer as regras que membros de seu grupo endossam quanto ao tratamento de outros grupos étnico-raciais. E também precisa ser capaz de analisar e antecipar as consequências envolvidas no ato de discriminar, tanto para quem pratica a discriminação como para aquele que a sofre.

Uma linha de investigação tem elucidado a forma como as normas sociais influenciam a expressão de atitudes raciais em crianças a partir da diferenciação entre atitudes implícitas e explícitas de preconceito (BARON e BANAJI, 2006; RUTLAND; CAMERON; MILNE; MCGEORGE, 2005). Rutland et al. (2005), por exemplo, solicitaram que crianças e adolescentes (6 aos 16 anos) fornecessem explicações e julgamentos para grupos distintos em função da raça (Estudo 1) e da nacionalidade (Estudo 2), adotando-se medidas explícitas (autorrelato) e implícitas (IAT) de preconceito. Os resultados obtidos a partir da medida de autorrelato (medida explícita) indicaram um declínio das atitudes preconceituosas frente à minoria racial. Contudo, não houve mudança a nível das medidas implícitas (IAT), tendo o preconceito permanecido, inclusive entre os adolescentes.

A influência da norma social sobre a expressão do racismo em crianças também foi verificada num estudo realizado por França e Monteiro (2013) com crianças brasileiras dos 5 aos 10 anos de idade. A pesquisa consistiu em dois estudos experimentais, nos quais as crianças eram solicitadas a alocar recursos para crianças dos grupos branco e negro, representadas por meio de fotografias. No primeiro estudo, os recursos deveriam ser alocados em função do desempenho dos alvos branco e negro na realização de uma tarefa, sendo que havia um contexto que justificava a discriminação (desempenho diferente dos alvos branco e negro) e outro que não justificava (desempenho igual). Num segundo estudo, esses recursos deveriam ser alocados num contexto de saliência da norma antipreconceito (presença de uma entrevistadora negra), e outro em que esta norma não era salientada (ausência da entrevistadora negra). Os resultados demonstraram que as crianças mais novas (5-7 anos de idade) manifestavam preferência endogrupal em todas as condições, porém, as crianças mais velhas (8-10 anos de idade), expressavam favoritismo ao endogrupo (brancos) somente no contexto normativo que permitiam tal manifestação, isto é, no contexto da discriminação justificada (desempenho desigual) e na condição de baixa saliência da norma antipreconceito (ausência da entrevistadora negra).

Em síntese, é possível verificar duas importantes contribuições teóricas às pesquisas desenvolvidas a partir do modelo de desenvolvimento sacionormativo. Por um lado, verifica-se que a expressão do racismo em crianças é um fenômeno multifacetado, dado que atitudes negativas contra membros de minorias sociais resultam, simultaneamente, do estágio do desenvolvimento cognitivo e da saliência da norma antipreconceito, dado que as crianças são capazes de manifestar atitudes de preconceito e discriminação contra minorias étnico-raciais de forma velada ou indireta (FITZROY e RUTLAND, 2010; FRANÇA e MONTEIRO,

2013; MONTEIRO; FRANÇA; RODRIGUES, 2009). Por outro lado, é possível verificar uma importante mudança em termos de percurso desenvolvimental: antes dos 8 anos de idade, a criança orienta seu comportamento e suas avaliações raciais apenas em função da norma da lealdade endogrupal e, após esta idade, elas tendem a selecionar, a partir do referencial presente em sua sociedade, a norma mais adequada à situação em que se encontra, tal como fazem os adultos (RODRIGUES; MONTEIRO; RUTLAND, 2012).

As investigações desenvolvidas a partir do modelo sacionormativo representam um avanço teórico frente aos modelos do desenvolvimento socio-cognitivo e do desenvolvimento da identidade social. A ideia de que a criança diminui o preconceito racial a partir do período operacional concreto (após os 7 anos de idade) é corroborada apenas nas circunstâncias que envolvem a mensuração do preconceito racial a partir de medidas explícitas, nas quais os participantes podem controlar suas respostas e, por conseguinte, antecipar como as mesmas serão aprovadas ou rechaçadas pelos membros de seu grupo social. Ao mesmo tempo, esses estudos demonstram que os processos de categorização e comparação social não são suficientes para compreender as diferentes formas de manifestação do racismo em crianças, uma vez que essas manifestações também são influenciadas pelos contextos normativos que regulam as interações entre os grupos sociais.

Por fim, cabe destacar que a relação entre normas sociais e manifestações do racismo em crianças mostra-se mais complexa do que nos adultos. No estágio atual de investigação, a expressão do racismo nas crianças é compreendida tanto pela influência do desenvolvimento de estruturas cognitivas como pelas dinâmicas que regem as relações intergrupais (BROWN; ALI; STONE; JEWELL, 2017; FLAMION; MISSOTTEN; MARQUET; ADAM, 2017; FRANÇA e MONTEIRO, 2013). Avaliar a influência que as normas exercem sobre a expressão de atitudes e comportamentos discriminatórios nas crianças implica, por conseguinte, na constituição de uma perspectiva teórica capaz de articular os processos de desenvolvimento que habilitam a criança a perceber a existência dos grupos sociais e das diferenças de status entre os mesmos e, ao mesmo tempo, analisar os fatores normativos que regulam as relações entre grupos dominantes e grupos minoritários.

SUMÁRIO

Nessa seção foram sintetizadas as principais abordagens, a partir das quais a Psicologia Social tem analisado o racismo em crianças, a saber: a) o modelo do

desenvolvimento sociocognitivo; b) o modelo do desenvolvimento da identidade social; e c) o modelo do desenvolvimento socionormativo. Embora distintas, tais abordagens resultam do esforço em articular o processo de desenvolvimento sociocognitivo das crianças com a estrutura social mais ampla, na qual os processos de preconceito e discriminação contra minorias étnico-raciais são moldados.

Dentre as características comuns entre os modelos aqui apresentados, é possível verificar a ênfase sobre o protagonismo que a criança exerce nas relações sociais. Embora não ignorem que as atitudes raciais das crianças refletem, de certa forma, processos predominantes na sociedade mais ampla, esses modelos teóricos diferem de abordagens anteriores que compreendiam as atitudes raciais das crianças como resultado da simples internalização das atitudes dos adultos. Ao contrário, as investigações realizadas a partir desses referenciais teóricos buscaram identificar aspectos específicos do desenvolvimento infantil que tornam as atitudes e comportamentos das crianças distintos dos adultos.

A análise do racismo em crianças realizadas a partir do modelo sociocognitivo apresentou evidências empíricas de como as atitudes raciais das crianças estão associadas às habilidades cognitivas que a criança adquire durante seu percurso de desenvolvimento. Entretanto, ela se mostra insuficiente para explorar a persistência do preconceito na fase adulta e à diversidade de formas de expressão que o mesmo apresenta.

O modelo do desenvolvimento da identidade social (NESDALE, 2004), por sua vez, elucidou como as expressões de racismo em crianças são influenciadas pela pertença da criança a determinados grupos sociais, articulando as expressões das atitudes intergrupais em crianças com uma importante teoria para o estudo dos fenômenos de preconceito e discriminação: a Teoria da Identidade Social (TAJFEL, 1981). Ressalta-se que esse modelo não só corroborou a ideia de que a criança não é uma simples reprodutora das atitudes dos adultos, mas também avançou nas contribuições realizadas a partir dos estudos de Aboud (1988), dado que salientou como as atitudes das crianças são influenciadas pelas diferenças de status entre os grupos sociais e pelos processos identitários.

Essas abordagens, não obstante suas contribuições, não se mostram suficientes para explicar como as expressões de racismo entre crianças podem ser influenciadas por processos de ordem socionormativa, tal como tem sido verificado nas investigações desenvolvidas com adultos (GAERTNER e DOVIDIO, 1986; MCCONAHAY e HOUGH, 1976; PETTIGREW e MEERTENS, 1995). Tal lacuna tem sido preenchida por investigações que comparam as atitudes intergrupais de crianças em diferentes contextos de saliência da norma

antipreconceito (FITZROY e RUTLAND, 2010; FRANÇA e MONTEIRO, 2013; RODRIGUES et al., 2012). Observa-se que, tal como ocorre nos adultos, a expressão do racismo em crianças sofre influência das pressões normativas, de modo que as crianças expressam atitudes raciais tanto em função de seu estágio de desenvolvimento como em função das normas que regulam suas interações sociais.

Destaca-se que os estudos sobre o julgamento moral se revelam como um campo fértil para a construção de um modelo sacionormativo do racismo em crianças. Observamos que as primeiras teorias elaboradas sobre o desenvolvimento moral, a exemplo dos trabalhos de Piaget e Kohlberg, indicam que a criança desenvolve de forma gradativa os conceitos de justiça e igualdade e, antes que tenham critérios de moralidade elaborados de forma consistente, avaliam as regras e convenções que permeiam suas relações com os demais. Não obstante, as teorias mais atuais (TURIEL, 1998; SMETANA, 2006) indicam que a moralidade não é exclusiva do mundo adulto, estando presente nas avaliações das crianças ainda que de forma rudimentar.

Há uma série de questões que ainda necessitam ser respondidas, em especial o paradoxo presente no processo de socialização de crianças na atualidade: o fato de as crianças serem capazes de internalizar a norma da igualdade como parâmetro das relações sociais e, ao mesmo tempo, excluírem pares que pertencem a minorias étnico-raciais, caso existam justificativas que tornem essa exclusão legítima (FRANÇA e MONTEIRO, 2013; HUGHES et al., 2015; RODRIGUES et al., 2016). Compreendemos que a investigação sobre o desenvolvimento moral e sua relação com o preconceito pode fornecer contribuições importantes acerca dos mecanismos subjacentes a esses fenômenos.